

Ministros *endurecem* na dívida dos estados

Sandro Silveira
Da equipe do Correio

Pública

Apesar da promessa do presidente Fernando Henrique aos governadores, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, não facilitarão o pagamento das dívidas de estados e municípios com o governo federal.

Foi o que os dois disseram ontem em depoimento na Comissão de Economia do Senado, ignorando as tentativas de governadores e prefeitos de vincular a rolagem das dívidas ao apoio às reformas constitucionais.

Segundo os ministros, estados e municípios devem solucionar seus problemas — despesas maiores do que receitas — reduzindo gastos com os funcionários públicos.

Demissão — O caminho para isso, segundo Serra e Malan, é a aprovação do projeto de reforma administrativa do governo, que permitirá a demissão de funcionários.

O governo só admite tocar em questões específicas. Um exemplo, citado por Malan, foi o da negociação da dívida das empresas estatais que têm aval dos tesouros dos estados.

Essas estatais dariam suas receitas (pagamentos de contas de luz, por exemplo) como garantia de que honrarão esse tipo de acordo.

As maiores dívidas estão nos setores de energia e habitação. Elas poderiam ser pagas nos moldes da dívida contratual, com prazo de 30 anos e juros de 6% ao ano.

Em nenhum momento Malan e Serra admitiram reduzir o teto do percentual, 11%, que estados e municípios usam para pagar a dívida contratual (contratos com bancos federais), que é de R\$ 22 bilhões.

Malan disse que pretende montar um cadastro que avalie, por meio de índices, os riscos de empréstimos aos estados. Aqueles de pior situação no *ranking* dificilmente obteriam verbas ou avais do governo.